

Roda de Conversa: Economia Internacional, Competitividade e Câmbio

Documento Síntese – Versão 1 (11.out.2013)

Local do Evento: São Paulo

Data: 24 de setembro de 2013

Horário: 14h30 – 18h00

Expositores:

- Dr. Eduardo Giannetti: Ph.D em economia pela Universidade de Cambridge, formado em economia e em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo – USP. Foi professor da Universidade de Cambridge, da Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade da USP – FEA-USP, e do Insper. Autor de diversos artigos e livros entre os quais *Beliefs in Action* (Cambridge University Press, 1991), *Vícios Privados, Benefícios Públicos* (Cia. das Letras, 1993), *Auto-engano* (Cia. das Letras, 1997) e *Felicidade* (Cia. das Letras, 2002).

- Dra. Eliana Cardoso: Ph.D em economia pelo Massachusetts Institute of Technology – MIT, professora titular da Fundação Getúlio Vargas – FGV, foi professora catedrática da Tufts Fletcher School e professora visitante das universidades americanas de Yale, MIT e Georgetown. Foi economista chefe do Banco Mundial para a Ásia do Sul, economista chefe na China, gerente setorial para América Latina e conselheira do departamento de pesquisa do FMI. Publicou inúmeros trabalhos, revistas acadêmicas e livros, é colunista do jornal Valor Econômico e foi articulista do jornal Estado de São Paulo.

Mediador:

- Dr. Samir Cury: engenheiro de produção pela USP, doutor em economia, professor da FGV e associado do Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS.

Presentes:

Conselheiros do IDS: João Paulo Capobianco, Gisela Moreau.

Equipe do IDS: Bazileu Margarido, Daniela Ades, Fabio de Almeida Pinto, Felipe Staniscia, Juliana Cibim e Mariana Vilhena Bittencourt.

Associados IDS: Tasso Azevedo.

Convidados Presentes:

Guillermo Parra-Bernal: Agência Reuters.
José Onofre de Araújo Neto: Portal eCycle.
Marcelo Coppola: MVL Comunicação.
Mariana Moreau: Relações Internacionais/USP.
Nicole Esteves: MVL Comunicação.
Nilson de Oliveira: MVL Comunicação.
Paula Laier: Agência Reuters.

Plínio Sérgio Targa: Rede Sustentabilidade.
Ricardo Abramovay: FEA-USP.
Rodrigo Paixão: Câmara de Vinhedo / RAPS.
Thaís Bayer: ICC.
Victor Pereira.
Wagner Antônio dos Santos: CENPEC.

INTRODUÇÃO

O Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS promoveu, no dia 24 de setembro de 2013, Roda de Conversa sobre Economia Internacional, Câmbio e Competitividade, visando subsidiar a construção de diretrizes e propostas para o tema, no âmbito do eixo “*Economia para uma Sociedade Sustentável*”, da Plataforma Brasil Democrático e Sustentável. O evento, mediado por Samir Cury, associada do IDS, contou com exposições de Eduardo Giannetti, doutor em economia pela Universidade de Cambridge e professor do Insper, e de Eliana Cardoso, Ph.D pelo Massachusetts Institute of Technology – MIT e professora da Fundação Getúlio Vargas – FGV. Após as exposições iniciais, foi aberto espaço para questionamentos e debates, com participação de conselheiros do IDS, convidados e ao público que acompanhou o evento pela internet.

A discussão ocorre em um momento de profundas mudanças no cenário internacional, aliadas a uma incerteza sobre os rumos da economia nacional. O aumento do consumo, base principal do módico crescimento do Produto Interno Bruto – PIB nos últimos anos e impulsionado pelo atingimento de níveis históricos de redução da taxa SELIC, resultou em uma pressão inflacionária ameaçadora. O Governo, neste contexto, procurou responder às baixas taxas de crescimento com políticas de estímulo através de desoneração fiscal para setores da indústria de bens de consumo. Deste modo, há uma piora nas contas públicas e há pouco incentivo a reformas estruturais. No campo do investimento, a aposta é no financiamento de grandes *players*, através, principalmente, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Nesse contexto, a economia internacional desempenhou um papel, por muito tempo, positivo para nosso país. O preço das *commodities* em alta compensou, em grande parte, um possível saldo negativo da balança de transações correntes. Ao mesmo tempo, a política expansionista do Federal Reserve nos Estados Unidos, associada à estabilidade interna do Brasil, atraiu recursos que contribuíram para financiar o Estado.

Entretanto, o presente ano e, sobretudo, o segundo semestre, vem sendo marcado pela recuperação da atividade econômica americana e pelas mudanças em sua política monetária, com o Federal Reserve – FED diminuindo a intensidade de sua política expansionista. Ao mesmo tempo, a economia nos países europeus começa a apresentar sinais positivos de recuperação.

Um dos efeitos mais imediatos de tal movimento pode ser observado pelo menor grau de protagonismo das economias emergentes na economia internacional. Se, ao longo da última década, as economias emergentes, consagradas com o termo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), atingiriam metade da fatia na economia internacional, a recuperação dos Estados Unidos lhes impõe novos desafios, como a menor liquidez do mercado internacional.¹

Já vemos os reflexos disso na taxa de câmbio brasileira. Não somente o Brasil não conseguiu internacionalizar sua moeda ao longo dos últimos anos, conforme aponta o último relatório do

¹ Acesso em: <http://blogs.estadao.com.br/jpkupfer/dolar-quente-cabeca-fria/>. Último acesso em 17/09/2013

BIS², como o real foi uma das moedas dos mercados emergentes que mais se desvalorizou. Entre 22 maio³ e 19 setembro de 2013, o real só teve desvalorização inferior às rupias da Índia e da Indonésia.

Sobre a competitividade brasileira, este novo contexto na economia internacional se soma à tentativa anunciada de implantação de uma “nova matriz de política econômica”⁴. A prática de juros reais mais baixos combinados com uma taxa de câmbio nominal desvalorizada em relação ao dólar, ao invés de câmbio livre e meta de inflação, que acabou criando uma situação de desconfiança empresarial, ao admitir uma inflação mais alta e ter apresentado um desempenho econômico, até então, muito aquém das expectativas.⁵

Grosso modo, a competitividade brasileira parece estar submetida a um novo contexto econômico no mínimo não tão favorável quanto foi o da última década, fortes pressões inflacionárias, desconfiança empresarial, baixas taxas de investimento e a ocorrência de um problema que alguns teóricos afirmam ser crônico, isto é, uma eterna desvantagem tecnológica ante as economias centrais, além da dificuldade em inovação no Brasil e na América Latina.

Foram estes os principais pontos ao redor dos quais orbitou a Roda de Conversa. O cenário é de grande complexidade e, com a aproximação do ano eleitoral, espera-se que o atual Governo e o que o suceder tenham a sabedoria de promover mudanças estruturais que garantam estabilidade, dinamismo econômico e desenvolvimento sustentável para o Brasil.

PARTE I – Exposições

Eliana Cardoso

A Professora Eliana Cardoso estrutura sua apresentação em 4 blocos:

(i) Conceitos básicos:

- a. taxa de câmbio nominal: A taxa de câmbio nominal é a taxa à qual uma pessoa pode trocar a moeda de um país pela de outro país. Por exemplo, uma taxa de câmbio pode ser expressa como R2,40/US\$1 = 2,40 reais por dólar. Quando a quantidade de reais necessários para comprar um dólar aumenta, dizemos que houve desvalorização (ou depreciação do real) ou, equivalentemente, valorização (ou apreciação) do dólar. Quando a quantidade de reais necessários para comprar um dólar cai, dizemos que houve valorização (ou apreciação do real) ou, equivalentemente, desvalorização (ou depreciação) do dólar. Sua cotação depende dos retornos relativos dos ativos domésticos e estrangeiros, da percepção de risco em relação aos ativos externos e das expectativas de seu valor

² Segundo o relatório, o real é 19ª moeda mais negociada do mundo, ficando atrás do rand sul-africano, do won coreano e da lira turca.

³ Data da declaração do presidente do FED, BEN BERNANKE, de que estavam sendo criadas condições para que os estímulos monetários fossem reduzidos no futuro próximo.

⁴ Acesso em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,nova-matriz-economica-e-colocada-em-xeque-pelo-mercado-,1043071,0.htm>. Último acesso em 17/09/2013.

⁵ Acesso em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-geral,mercado-financeiro-eleva-projecao-para-crescimento-do-pib-neste-ano,164763,0.htm>. Último acesso em 17/09/2013.

futuro. Em termos de fluxo de capitais, a expectativa de apreciação do real atrai capital para o Brasil, enquanto que a expectativa de depreciação do real afugenta o capital.

- b. taxa de câmbio real: A taxa de câmbio real é a taxa à qual se podem trocar os bens e serviços de um país pelos bens e serviços de outro país.

Taxa de câmbio real = (Índice da taxa de câmbio nominal x Índice dos preços externos) / Índice dos preços internos

(ii) Experiência brasileira: Entre 2005 e 2008, todos os fatores se combinaram para criar a expectativa de valorização cambial no Brasil. À diferença positiva entre juros domésticos e externos, juntou-se o choque positivo dos termos de intercâmbio (que permitiu o crescimento das exportações, aumentando a confiança nos indicadores externos do país).

(iii) O que determina a competitividade: Os pilares da competitividade de um país são:

- a. Instituições;
- b. Infraestrutura;
- c. cenário macroeconômico;
- d. saúde;
- e. educação;
- f. eficiência em gestão;
- g. flexibilidade do mercado de trabalho; e
- h. inovação.

(iv) Desafios a serem enfrentados. A percepção quanto aos 7 principais entraves à competitividade brasileira, segundo o Fórum Econômico Mundial⁶, na seguinte ordem, são:

- a. Regulamentação tributária;
- b. Infraestrutura;
- c. Alíquotas de imposto;
- d. Burocracia governamental;
- e. Regulamentação do trabalho
- f. Déficit educacional da força de trabalho;
- g. Corrupção.

O Banco Mundial⁷ também elabora um ranking no qual as economias de 185 são classificadas quanto a sua facilidade para fazer negócios. Uma boa classificação no índice de facilidade para fazer negócios significa que o ambiente regulatório promove o funcionamento de negócios. O índice é calculado como a classificação com base na média simples das classificações dos seus indicadores componentes. O Brasil é apenas o 130º de tal lista, conforme observado na tabela abaixo:

⁶ <http://www.weforum.org/>

⁷ <http://portugues.doingbusiness.org/rankings>

	Brasil	Média - América Latina e Caribe
<u>Facilidade de fazer negócios - GERAL</u>	<u>131</u>	<u>97</u>
Abertura de empresas	121	98
Obtenção de alvarás de construção	131	-
Obtendo eletricidade	60	73
Registro de propriedades	109	113
Obtenção de créditos	104	87
Proteção de investidores	82	-
Pagamento de impostos	156	114
Comércio entre fronteiras	123	90
Execução de contratos	116	115
Resolução de insolvência	143	103

Fonte: <http://portugues.doingbusiness.org/rankings>

Eduardo Giannetti

Eduardo Giannetti discorre de maneira mais aprofundada sobre a política cambial. Segundo ele, há um arcabouço chamado pelos economistas de trilema, o que, em lógica, significa dizer que há tem 3 alternativas e, qualquer combinação de duas delas que forem escolhidas, abre-se mão da terceira. No caso do câmbio, os três itens do trilema são:

- a. Liberdade de capitais
- b. Câmbio administrado
- c. Autonomia da condução da política monetária

Unindo as opções “b” e “c”, não se tem liberdade de fluxo de capitais, como no exemplo da China. Assumindo as opções “a” e “b”, perde-se autonomia na condução da política monetária, que foi o caso da primeira fase do Plano Real. A partir da crise cambial de 1998 e 1999, o Brasil passou à combinação de “a” e “c”, deixando o câmbio flutuante. Na primeira fase do Plano Real, o país acabou tendo um nível de volatilidade da atividade econômica elevado, em função do comportamento incontrolado da política monetária. Já no período posterior, a volatilidade de câmbio e nível de preços, sobretudo nos períodos de forte desvalorização. Ainda assim, como resultado, o segundo período se mostrou uma opção mais exitosa que o primeiro.

Entretanto, a partir do segundo mandato de Lula, o país foi perdendo a consistência em relação ao trilema. Pensando no tripé câmbio/inflação/taxa de juros, foi implantada uma política monetária muito expansionista, ao contrário da política de geração de superávits reais que marcou seu primeiro mandato. Em relação ao câmbio, o governo passou a se comprometer, embora não explicitamente, com algum tipo de patamar cambial, pressionado por alguns setores da indústria prejudicados pela varilização do real, chegando, inclusive, a adotar controle de entrada de capitais.

O que há, no país, é um comportamento indefinido em relação à política macroeconômica. Não está claro se temos um regime cambial administrado, flutuante ou se é flutuação suja. Do lado fiscal, prevalece uma política expansionista na qual os números foram perdendo credibilidade, com a criação de um orçamento paralelo, uma verdadeira política para-fiscal que

é o tesouro emitindo dívida para financiar crédito de bancos estatais. Quanto à inflação, houve um acomodamento do Banco Central com a inflação próxima ao teto. O controle cambial deve ser usado pelo Banco Central em situações específicas, com transparência e regras claras, de forma a impedir que o capital especulativo tenha um impacto de curto prazo prejudicial ao país.

PARTE II – Debate

Proposta de Debate

Samir Cury, na condição de debatedor, busca aprofundar pontos abordados durante as exposições iniciais. Inicialmente, lembra que o país apresentou saldo positivo em conta corrente até 2006/2007, quando a tendência se inverteu a partir da deterioração das contas externas em função do acúmulo de déficits comerciais. A conta de capital, por muito tempo, manteve a condição positiva da balança de pagamentos, permitindo ao Brasil acumular reservas, o que já parece mudar em 2013.

Parte dessa conta de capital foi representada por investimento estrangeiros diretos, sobre os quais pairam dúvidas a respeito de sua continuidade. Diante dos questionamentos sobre a credibilidade da política econômica nacional.

O mediador também questiona a representatividade de decisões políticas e do cenário externo no processo de desvalorização cambial.

Respostas à Proposta de Debate

Eliana Cardoso não considera o déficit na balança de pagamentos um grande risco à economia nacional. Segundo a professora, até 2005 o maior medo dessas crises advinha de uma consequente desvalorização cambial, com impacto na dívida do país, indexada à moeda estrangeira. Com a mudança no perfil do endividamento, esse risco foi mitigado.

Eduardo Giannetti, contrapondo este argumento, considera que o déficit em conta corrente, embora não seja necessariamente um mal, está em um patamar elevado, próximo a 3,5% do PIB, o que vem sendo compensado pelo ingresso de recursos estrangeiros. Entretanto, esse financiamento via poupança interna que estamos recebendo deveria ter como contrapartida um crescimento relevante da atividade econômica, o que não ocorre. Adicionalmente, chama atenção que não há uma razão estrutural para esse déficit, isto é, estamos gastando em consumo. A economia nacional na atualidade é, portanto, caracterizada pelo déficit em conta corrente, baixo crescimento e pressão inflacionária.

Estudos indicam que países com déficits comerciais elevados tem maior desvalorização cambial. E o câmbio no Brasil tem se mostrado particularmente mais volátil que em outros países emergentes, talvez em função de uma percepção de consistência fiscal, de expectativa de retorno, de desempenho econômico, tem a ver com sofisticação do mercado financeiro.

Samir Cury questiona como deve ser a postura em relação à política econômica externa no próximo período, dadas as seguintes condições comentadas:

- (i) inflação represada

- (ii) certo desarranjo de contas externas
- (iii) preços administrados com um determinado grau de artificialidade
- (iv) elevação de dívida bruta interna com todo aquele movimento de triangulação via BNDES e bancos públicos de aumentar o crédito que rebateu na dívida

Eduardo Giannetti considera difícil prever o ritmo em que o Federal Reserve deixará sua política fortemente expansionista, mas afirma que há muitos sinais convergentes em relação à recuperação da economia norte-americana, no mercado de trabalho, mercado imobiliário, balanço das famílias, balanço das empresas e a retomada dos investimentos. E, a despeito da volta a um ciclo de aperto na política monetária, a proximidade do fim do mandato presidencial denota riscos de controle populista dos preços, diante do receio de se aumentar juros em uma corrida eleitoral.

Eliana Cardoso concorda em relação ao processo de transição da política monetária dos EUA e, particularmente no Brasil, acredita que a força da opinião pública não permitiria esse processo de populismo econômico no processo eleitoral, embora trocas de mandatos sejam sempre momentos de incerteza quanto à expectativas econômicas.

1ª Rodada de Participação dos Convidados

João Paulo Capobianco traz à tona o comportamento do Governo em relação aos incentivos econômicos via subsídios, destacando 3 movimentos: a contenção no preço da gasolina, as desonerações para a indústria automobilística, entre outras, e a questão da redução da Contribuição de Intervenções sobre o Domínio Econômico – CIDE, quando se perdeu um recurso muito importante do ponto de vista da responsabilidade ambiental na exploração e produção de petróleo. Essas medidas, associada a outras, como a redução do preço da energia, parecem ter caráter de curto prazo de estímulo da economia, porém com consequências negativas nefastas para a sustentabilidade de longo prazo.

Eliana Cardoso vê com grande preocupação este cenário de falta de preocupação com o médio e longo prazos, tanto nas consequências tributárias quanto ambientais, acrescentando outra forma de subsídio: a transferência de recursos do tesouro para os bancos públicos, os quais, por sua vez, emprestam a uma taxa de juros que é metade da taxa de juros pela qual o governo capta os recursos.

Eduardo Giannetti considera que, assim como houve uma piora na qualidade da política macroeconômica, a partir dos elementos já discutidos, houve também uma piora na política microeconômica, refletida, por exemplo, nessas ações citadas por João Paulo Capobianco e Eliana Cardoso. Até 2006, houve um ciclo de 2 momentos positivos neste âmbito, com a rodada de privatizações durante o governo de Fernando Henrique associada à entrada de capital estrangeiro, e a agenda do primeiro mandato de Lula, que incluía acesso a crédito, facilitação de garantias, crédito consignado e a nova Lei de Falências.

Após esse momento, veio uma série de medidas desencontradas, como os incentivos aos combustíveis fósseis, a esperança do pré-sal, a quebra dos contratos no setor elétrico, entre outras. Ou seja, houve uma série de intervenções de microgerenciamento, sem medir as consequências e distorções que essas ações causam. “Medidas microeconômicas devem ser

horizontais, isonômicas e de melhoria de ambiente de negócios para todos, com alguma correção da dimensão ambiental, o que é pertinente. Mas é uma filosofia diferente da que o governo tem praticado”.

2ª Rodada de Participação dos Convidados

Fabio de Almeida Pinto questiona, diante de um processo eleitoral que se aproxima e da relutância do atual governo em promover reformas importantes, quais seriam, portanto, as mudanças estruturais que deveriam ser promovidas pelo próximo governo para lidar com uma possível fuga de capitais, com consequente desvalorização cambial, e a pressão inflacionária há existente, que pode ser intensificada. Qual o tamanho do problema que remanescerá para lidar em 2015?

Eduardo Giannetti acredita que a primeira medida seria rever a política fiscal, que deixaria de ser calcada em forte expansionismo e expansão de crédito financiado por endividamento público. Uma segunda alternativa, seria um aperto da política monetária ainda mais intenso que aquele em curso. Caso nada disso seja feito, há risco de ações artificiais de controle da inflação, como ocorre, em maior grau, na Argentina. O próximo governo teria que lidar, portanto, com um cenário altamente desfavorável, com o qual deveria lidar de forma madura e segura, pensando no bem de longo prazo do país.

Eliana Cardoso pondera que qualquer que sejam as políticas adotadas durante o próximo ano, as três opções apontadas por Eduardo Giannetti indicam uma herança pesada para o sucessor. A atuação de Lula em 2003 pode ser um referencial de êxito, porém, naquele momento, com a fortuna de um contexto internacional favorável. Resta saber se o contexto será propício para as mudanças demandadas pela economia nacional em 2015.

3ª Rodada de Participação dos Convidados

Guillermo Parra-Bernal inicia sua intervenção com a ideia de que a descoberta do pré-sal pode ser identificado como uma perda da noção de escassez dentro do governo Lula. À época, muitos investidores foram compelidos por uma relação risco e retorno muito atrativa no Brasil, que parece ter se invertido ao longo dos últimos 15 meses. As duas últimas gestões afirmam ter feito reformas estruturais que propiciaram maior potencial de crescimento ao Brasil, mais oportunidades, implantação de uma política econômica mais estável, menor vulnerabilidade externa, entre outros. Entretanto, há, no presente, uma deterioração que parece ser mais estrutural que conjuntural, com, por exemplo, o governo intervindo mais nos ganhos do setor privado, uma volatilidade da taxa básica de juros e um desarranjo tributário. Portanto, o que realmente mudou? Estamos em uma situação diferente de 10 anos atrás?

Eliana Cardoso ressalta que, apesar de o país, obviamente, não é o mesmo da década de 1950, o que se vê é uma política econômica que, de certa forma, retoma aquele período, com intervenção do governo e o conceito de Estado grande, que havíamos deixado de lado.

Eduardo Giannetti acredita que houve alteração a partir da transição de mandatos de Lula e, consequentemente, da direção do Ministério da Fazenda. O atual ministro, que continha-se

mais diante dos resultados positivos da gestão anterior, se sentiu mais a vontade para implantar suas medidas a partir da crise de 2008. Porém, desde então, medidas que podem ser consideradas válidas num ambiente muito especial de respostas a uma grave crise internacional, se tornaram um novo modo de governo e foram levadas à exaustão, mesmo quando elas não eram mais necessárias. É o exemplo do crédito via BNDES através de endividamento público, que pode ser importante em um momento de forte restrição ao crédito pelo setor privado, mas que virou a regra no país, gerando uma situação em que temos um estoque de dívida emitida pelo tesouro e repassada para os bancos estatais do Brasil da ordem de 9% do PIB. Criou-se, então, uma euforia em relação ao Brasil.

Deve-se corrigir esse caminho. O Brasil parece ter voltado, não à década de 1950, mas ao governo Geisel e seu Plano Nacional de Desenvolvimento – PND, marcado por uma mentalidade estatizante, controladora e reguladora. Em lugar de investir em produtividade e na melhora de seus negócios, o empresariado tem uma clara opção de trabalhar com o auxílio e suporte do governo.

4ª Rodada de Participação dos Convidados

Bazileu Margarido questiona, em relação ao trilema exposto por Eduardo Giannetti, se a escolha do governo Fernando Henrique Cardoso teria feito a escolha por câmbio administrado e liberdade de fluxo de capitais em função da necessidade de credibilidade internacional, abalada pelo confisco das poupanças e pelo *impeachment* de Collor, onde a balança de pagamentos era chave. Em relação ao comportamento dos Estados Unidos, que parecem rumar a um arrefecimento de sua política expansionista, Bazileu faz um paralelo com a situação brasileira pós-crise internacional de 2008, quando o país crescia ainda em função da expansão do crédito e o governo, em lugar de busca um equilíbrio, impulsionou ainda mais este crédito através do BNDES. Até que ponto isso teria comprometido os anos seguintes? E, pensando no futuro, num cenário menos favorável que a transição do governo FHC para o de Lula, quando a manutenção dos fundamentos básicos associada a um maior foco no mercado interno garantiu o crescimento, a produtividade e competitividade do país parecem ser fator chave para o futuro que se aproxima. Como os expositores veem essas questões?

Eduardo Giannetti considera que, tanto na ancoragem cambial durante o governo FHC quanto no estímulo ao consumo do governo Lula, houve uma superdosagem das ações, que eram necessárias num primeiro momento, mas que foram prolongadas de maneira exagerada. No primeiro caso, o país teve que recorrer ao Fundo Monetário Internacional – FMI para equacionar seu endividamento, enquanto que no caso mais recente, a formação bruta de capital fixo foi altamente prejudicada. O Brasil deve se preocupar agora com a produtividade, num momento em que a redução do desemprego chega a seu limite e nossa estrutura demográfica já não será tão favorável como outrora. Nesse sentido, toda a microeconomia deverá ser redesenhada, de forma a criar incentivos alinhados com a agenda adotada no primeiro governo de Lula.

Eliana Cardoso concorda com Eduardo Giannetti, e afirma que a política econômica daqui em diante deveria ser uma oposta àquela que vem sendo praticada. Tal receita incluiria uma política monetária focada no centro da meta da inflação, uma política de câmbio flutuante,

mas que em momentos de uma entrada muito grande de capital use mecanismo de preços para tornar o retorno desses capitais menos compensadores, através de alguma forma de imposto, e uma política fiscal radicalmente diferente do que está sendo praticado. Os tributos deveriam ser simplificados, e os subsídios e isenções devem ser eliminados em sua maioria. Em paralelo, deve ser aplicada uma política de minirreformas a favor de políticas horizontais, com grande ênfase na educação. Essas medidas tem potencial de retomar o interesse pelo investimento em infraestrutura.

5ª Rodada de Participação dos Convidados

João Paulo Capobianco procura aprofundar o tema da atratividade dos investimentos em infraestrutura. O atual governo apresenta o programa de infraestrutura, em parceria com o setor privado, como grande motor do crescimento a partir de agora. Esse programa tem essa capacidade? Em segundo lugar, seria essa postura do governo de achar que todos estão a seu serviço, impondo condições, que ainda repele o setor privado? É isso que torna um portfólio de projetos tão atrativo em algo ainda cercado de receio pelo empresariado?

Eliana Cardoso acredita que esses investimentos poderiam mudar o cenário econômico no Brasil, tanto em relação à produtividade quanto ao crescimento econômico. Quanto à repulsão à iniciativa privada, a expositora considera que as regras concorrenciais mais transparentes podem forçar as empresas a se adaptarem a um novo contexto.

Eduardo Giannetti, por sua vez, diz não saber se o investimento em infraestrutura é condição suficiente para deflagrar um crescimento econômico, porém é, seguramente, condição necessária. Em relação ao receio do setor privado, a recente quebra de contratos no setor elétrico pesou negativamente na confiança em relação ao governo, deixando sequelas na relação com o empresariado. A politização das agências reguladoras agrava este cenário de incerteza.

PARTE III – Encerramento

Eduardo Giannetti encerra sua participação demonstrando preocupação com os rumos da do Brasil em um cenário de reeleição do atual governo, dada a piora considerável na qualidade da política econômica ao longo dos últimos anos. Tanto no governo FHC quanto no governo Lula foi mostrado que há caminhos possíveis e muito melhores que este que vem sendo trilhado, o que pode favorecer a despolitização do debate.

Eliana Cardoso corrobora com esta ideia, demonstrando ânimo com a possibilidade de termos um novo governo no Brasil a partir de 2015, dando um rumo mais positivo à política econômica brasileira, corrigindo erros do passado e dando uma rotatividade fundamental ao processo democrático.

Pontos a serem discutidos futuramente

- ✓ Quais serão os impactos do processo de fuga de capital em curso sobre a inflação, diante da recuperação das economias desenvolvidas e da consequente desvalorização cambial?

- ✓ Até que ponto deve ir o aperto na política monetária governamental, de forma a garantir a contenção da inflação, não comprometer o crescimento e manter um equilíbrio na balança de pagamentos?
- ✓ Como, neste contexto, pode se dar a construção da política econômica nacional sobre outras bases, menos dependente do cenário internacional e garantindo o desenvolvimento sustentável?

Consensos e conclusões que possam ser incorporados à Plataforma

- ✓ São necessários ajustes na política econômica brasileira que aumentem a produtividade e, conseqüentemente, a competitividade do país no mercado externo.
- ✓ Um aperto na política monetária é fundamental para conter a inflação e aliviar o efeito da desvalorização cambial sobre os preços internos.
- ✓ Deve ser mantido o regime de câmbio flutuante, de forma que a administração cambial deve ser usada pelo Banco Central em situações específicas, com transparência e regras claras, para impedir que o capital especulativo tenha um impacto de curto prazo prejudicial ao país.
- ✓ O atual governo vem atuando com medidas tópicas e pontuais. Medidas microeconômicas devem ser horizontais, isonômicas e de melhoria de ambiente de negócios para todos, com alguma correção da dimensão ambiental, o que é pertinente.
- ✓ O sistema tributário brasileiro deve ser simplificado e os investimentos em infraestrutura devem ser viabilizados.
- ✓ Investimentos em educação são fundamentais para melhorar a produtividade da economia nacional.